

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS
PROGRAMA DE ESTUDOS DA TRADUÇÃO

Dicionário nheengatu-português: *nheenga rirú*
nheengatú-kariwa dheenga

Orientando: Marcel Twardowsky Ávila

Nível: Doutorado

Orientador: Prof. Dr. Eduardo de Almeida Navarro

São Paulo, outubro de 2016

1. Introdução

Assim que chegaram ao litoral das terras que constituem atualmente o Brasil, os colonizadores europeus depararam-se com povos que falavam, em sua maioria, variantes dialetais do idioma que ficaria conhecido como tupi, inicialmente nomeado, também, como língua brasílica. Esse foi o idioma vigente em algumas das primeiras povoações e aldeamentos coloniais em solo brasileiro e deu origem a, pelo menos, duas línguas gerais – a língua geral paulista e a língua geral amazônica (LGA)¹ –, cujos usos se expandiram por vastos territórios.

O processo de formação da LGA, ou nheengatu – como a língua ficou conhecida a partir de meados do século 19² –, remonta ao início do processo colonial nas terras do Grão-Pará, em 1616, ano em que as primeiras tropas portuguesas estabeleceram-se na região da Costa do Salgado, fundando o Forte do Presépio. Ao chegarem à região litorânea dos atuais Estados do Maranhão e Pará, os colonizadores tiveram contato com tupinambás, falantes de variante dialetal da mesma língua tupi com a qual já haviam entrado em contato na costa atlântica de Pernambuco. Então, com objetivo de catequização dos indígenas, essa se tornou a principal língua a ser veiculada nos aldeamentos missionários que se formaram na região. Conforme tais aldeamentos passaram a subir os rios amazônicos e a reduzir os indígenas das mais variadas proveniências étnicas e linguísticas, a língua foi perdendo o caráter de idioma étnico dos tupinambás e transformando-se num vernáculo supraétnico, servindo à comunicação entre europeus e autóctones de variadas etnias. Ao longo desse processo, o idioma teve sua tipologia gradativamente afastada daquela do idioma dos tupinambás, devido, justamente, às influências resultantes de constantes contatos com outros sistemas linguísticos.

A propagação da LGA foi inicialmente fomentada pela coroa portuguesa, pelo benefício que uma unidade linguística em região tão vasta e diversa poderia proporcionar para as pretensões coloniais. Esse quadro começa a se alterar na década de 1720, quando principiam as tentativas de se introduzir o português na região. Uma carta régia de 1727, por exemplo, proíbe o uso da LGA nas povoações e aldeias de repartição, determinando que

¹ Há indícios de que teria se formado também uma língua geral de base tupi no sul da Bahia. Para mais informações sobre esse assunto, cf. LOBO, Tânia C. Freire et al. Indícios de língua geral no sul da Bahia na segunda metade do século XVIII. In: LOBO, Tânia et al. (Org.). *Para a história do português brasileiro. VI: novos dados, novas análises*. Salvador: EDUFBA, pp. 609-630.

² Neste trabalho, os termos tupi, LGA – ou simplesmente língua geral – e nheengatu serão utilizados como nomeações que se acumulam ao longo dos períodos evolutivos do idioma, ou seja, o nheengatu poderá ser chamado de tupi ou LGA, mas o tupi antigo não será nunca referido por LGA ou nheengatu.

tanto os moradores quanto os missionários organizassem o ensino do português aos índios (FREIRE, 2011, p. 122). As políticas de “portugalização” da Amazônia acentuaram-se no período pombalino, culminando com a proibição do idioma em 1757, medida que, entretanto, não surtiu o efeito pretendido no Grão-Pará, onde a língua continuou pujante e seu uso expandiu-se, ainda, por novos territórios.

Em 1823, o Grão-Pará aderiu à independência do Brasil, tendo passado por todo o período colonial sem que o uso da língua portuguesa se difundisse em seu território. O idioma da antiga metrópole só iria sobrepujar a LGA como língua veicular da Amazônia a partir de meados do século 19, devido a uma conjunção de diversos fatores. Entre as causas dessa importante alteração sociocultural, podemos citar os conflitos envolvendo a Cabanagem, ocorridos entre 1835 e 1840, quando foram mortos 40 mil habitantes do Grão-Pará, número que representava um quarto da população recenseada da província, a maioria, provavelmente, falante da LGA (FREIRE, 2011, p. 244). Outro importante evento ocorre em 1853, com o estabelecimento da primeira linha de vapores no Rio Amazonas, que reduziu o tempo da viagem entre Belém e Manaus para apenas oito dias. Até então, a duração mínima estimada era de 40 dias e a máxima, de até três meses, dependendo da época do ano (BATES, 1979, pp. 91-2). Com a facilitação do transporte pela região, coincidindo com o início do ciclo da borracha e com as secas do sertão nordestino, numerosa população monolíngue em português deslocou-se de outras partes para a região amazônica. Desse modo, a língua herdada dos portugueses, enfim, estabeleceu-se como o principal idioma veiculado nessas terras. Os vapores levaram para a região amazônica cerca de 500 mil nordestinos, no período entre 1872 e 1910 (FURTADO, 1961, pp. 152-53), todos portadores da língua portuguesa.

Apesar da forte diminuição do número de seus falantes, o nheengatu continua sendo falado, sobretudo, na bacia do Rio Negro, em territórios do Brasil, da Venezuela e da Colômbia. Região onde a Lei 145/2002, aprovada no dia 11 de dezembro de 2002³, concedeu ao idioma, junto ao tukano e ao baniwa, a condição de língua co-oficial do município de São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas. Há ainda, também, alguns poucos falantes em outras regiões da Amazônia, como no Baixo Rio Madeira e nos rios Andirá e Maraú, na região do Médio Rio Amazonas. Na região do Baixo Rio

³ Após alguns anos, a Lei 145/2002 foi regulamentada pela Lei 210/2006. Para mais informações, cf. SILVA, Fabiana Sarges da. *A lei de cooficialização das línguas tukano, nheengatu e baniwa em São Gabriel da Cachoeira: questões sobre política linguística em contexto multilíngue*. 2013. 193f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

Tapajós, onde a língua deixou de ser falada no século 20, há projetos em andamento para que o idioma seja reaprendido por populações indígenas.

O nheengatu é quase que exclusivamente uma língua de utilização oral. O aumento do intercâmbio da população falante do nheengatu com a maioria nacional, falante exclusivamente do português, continua provocando o retrocesso do número de falantes da língua geral. A chegada dos meios de comunicação de massa e das instituições burocráticas brasileiras ao Alto Rio Negro é inevitável e já vem acontecendo em grande escala. Se as informações e documentos veiculados nesses meios utilizarem apenas o português e se as escolas não estiverem capacitadas para ensinar o nheengatu, a língua corre o risco de enfraquecer-se e, eventualmente, desaparecer.

O desenvolvimento de uma variante escrita para o nheengatu pode ser um elemento fundamental para a sobrevivência dessa língua de inestimável valor histórico na composição da sociedade brasileira. No contexto atual, à medida que surge a necessidade de utilização da escrita pela população do Alto Rio Negro, o nheengatu perde espaço para o português. Surgem assim discussões a respeito da possibilidade de traduções para a língua geral que visem ajudar na consolidação da vertente escrita da língua e no desenvolvimento de uma literatura nesse idioma.

O avanço dos trabalhos de tradução literária para o nheengatu, por sua vez, depende, em alguma medida, da disponibilidade de instrumentos auxiliares, que permitam não apenas o aprendizado satisfatório dos idiomas envolvidos na tradução, mas possibilite também consultas pontuais para a depuração das escolhas tradutórias. O projeto aqui proposto, que consiste na compilação de um dicionário bilíngue de léxico geral nheengatu-português, vem, portanto, prestar importante auxílio àqueles que se debruçam na tarefa de traduzir textos entre esses dois idiomas. Além disso, uma compilação lexical atualizada será também de grande valia para os que pretendem desenvolver outros tipos de estudo ou atividade frente ao nheengatu, como aprender o idioma, compor textos nessa língua, estudar sua estrutura, sua fonética, sua morfologia e até mesmo suas variações diacrônicas ou sua história.

2. Objetivos

O projeto de compilação de um dicionário nheengatu-português liga-se a objetivos amplos, ou gerais, e a outros objetivos mais específicos. Por um lado, podemos dizer que a elaboração do dicionário visa ajudar no fortalecimento da língua, o que conforma o propósito mais amplo desse projeto. Para atingir esse escopo geral, por outro lado, é necessário estabelecer objetivos específicos, capazes de guiar a execução do trabalho.

A ideia de investir neste projeto nasceu em decorrência de pesquisas lexicais realizadas durante trabalhos de tradução de textos do português para o nheengatu⁴. Considerando que a tradução de obras para o nheengatu é um importante caminho para o fortalecimento da língua e conhecendo a carência de materiais de auxílio para os tradutores, tomaremos como um dos objetivos primordiais da compilação o auxílio àqueles que empreendem traduções de textos para o idioma amazônico.

Um importante propósito a ser perseguido por este trabalho, que vale ser comentado com mais delonga, é o resgate linguístico. A LGA esteve em permanente contato com o idioma português, o que resultou em inúmeras influências da língua românica no idioma do tronco tupi, seja a nível morfológico, fonológico, sintático ou semântico. Os registros antigos do nheengatu, ou mesmo da LGA do século 18, mostram que o vocabulário do idioma já contava com empréstimos do português na época de suas composições. A maioria, no entanto, referenciava elementos alheios ao contexto natural ou cultural da Amazônia pré-colonial, e os empréstimos costumavam sofrer alterações que os adaptavam ao sistema fonológico da língua franca. Atualmente, devido à grande pressão exercida pela língua portuguesa, os falantes do nheengatu recorrem frequentemente ao vocabulário português, mesmo que tal fenômeno ocorra em diversas gradações. Variando de um falante para outro e dependendo do contexto e do assunto tratado, ouve-se virtualmente qualquer palavra da língua portuguesa em meio a um discurso em nheengatu. Os falantes bilíngues em nheengatu e português, logicamente, recorrem com mais frequência aos empréstimos e muitos jovens já não

⁴ Cf. ÁVILA, Marcel Twardowsky. *Estudo e prática da tradução da obra infantil A terra dos meninos pelados, de Graciliano Ramos, do português para o nheengatu*. 2016. 199f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

conhecem vocabulários básicos do idioma materno, utilizando exclusivamente seus correspondentes portugueses. A linguista Françoise Grenand já havia notado isso há mais de 25 anos:

Hoje, a língua geral tem que lutar cada dia desesperadamente contra a influência cautelosa, mas eficaz do português. O Sr. Epaminondas, já bem idoso (mais de 70 anos), tem muito menos empréstimos novos no seu falar do que o Sr. Marcelino (40 anos). O primeiro continua a empregar [a] palavra **tetama** enquanto o segundo só vai dizer “cidade” (GRENAND; FERREIRA, 1989, p. XIII, grifo do autor).

Com o processo de popularização da escrita nos idiomas indígenas, que apenas se inicia, vemos que, entre muitos falantes, a seleção mais criteriosa do vocabulário dos textos – típica da elaboração escrita – converge para a busca de termos tradicionalmente ligados a essas línguas, buscando-se mais autonomia com relação aos empréstimos do português. Podemos exemplificar essa situação com o testemunho contido na apresentação do trabalho *Escola Kariamã conta umbuesá* (BITENCOURT et al., 2015), que reúne a reelaboração escrita de narrativas orais em nheengatu, com suas traduções para a língua portuguesa, feitas por educadores da comunidade de Assunção do Içana, localizada às margens desse importante afluente do Rio Negro:

O processo de escrita das histórias por nós educadores foi um desafio, principalmente na língua nheengatu. Em português nós já estamos mais acostumados. O próprio narrador usava muitos empréstimos do português. A tradução de algumas palavras, do português para o nheengatu, é muito difícil e envolveu pesquisa, um colega perguntando para o outro e debatendo. [...] Muitas palavras não são mais usadas e, quando escrevemos coletivamente, aprendemos juntos muitos termos que alguns não conheciam na própria língua que falamos, por exemplo, iwikuim (areia/praias) ou ipawa (lago) (BITENCOURT et al., 2015, p. 14).

A compilação do dicionário bilíngue tem, portanto, como um importante objetivo registrar léxicos que vêm sendo esquecidos pela tradição oral, o que será feito por meio de pesquisas direcionadas ao resgate desses termos. Para esse trabalho de pesquisa, além das consultas aos falantes mais experientes da língua, podem ser de grande auxílio os registros antigos do idioma. Ao contrário da maioria das línguas

indígenas do Rio Negro, que vem sendo descrita e dicionarizada apenas de meados do século 20 em diante, o nheengatu conta com gramáticas, coleções de frases, vocabulários, transcrições de narrativas e materiais traduzidos do português publicados desde meados do século 19, sem contar os registros de estágios anteriores da LGA. Esse importante acervo, ainda pouco conhecido pelos atuais falantes do nheengatu, viabiliza estudos aprofundados do idioma e o esclarecimento quanto ao significado de palavras hoje pouco usadas, às vezes de sentido dúbio ou obscuro para os falantes contemporâneos, ou mesmo a retomada de vocábulos completamente esquecidos pela tradição oral.

3. Pressupostos Teóricos

Uma questão básica que é suscitada pela proposta de pesquisa contida nesse projeto diz respeito à filiação dessa atividade à área dos Estudos da Tradução: compete ao estudioso da Tradução a elaboração de ferramentas lexicográficas? Se a resposta a essa indagação for afirmativa, cabe ainda responder a questões complementares: que tipos de pesquisas e instrumentos lexicográficos podem ser satisfatoriamente desenvolvidos por tais pesquisadores? A compilação de dicionários bilíngues de léxico geral é da alçada de tais estudiosos, ou apenas a elaboração de glossários de léxico específico o seria?

Os estudos de tradução vêm se delineando como área de estudo autônoma desde a segunda metade do século XX, congregando pesquisadores oriundos de diferentes campos e assuntos tradicionalmente vinculados a distintas disciplinas. Entre tais assuntos, encontram-se os estudos relacionados a instrumentos lexicográficos e terminológicos, que James S. Holmes, no artigo intitulado *The name and nature of translation studies* (2000, p. 181-2)⁵, propõe como uma das áreas constituintes do ramo por ele chamado de “estudos da tradução aplicados”.

Holmes (2000, p. 182) lembra que os instrumentos lexicográficos e terminológicos têm sido tradicionalmente desenvolvidos por pesquisadores associados a outras disciplinas e que seria difícil argumentar a favor de uma inclusão total desse

⁵ Segundo Holmes (2000, p. 183), seu artigo foi composto em agosto de 1972.

trabalho no campo dos “estudos da tradução aplicados”. Em sua opinião, contudo, “os materiais de auxílio lexicográficos ficam frequentemente aquém das necessidades da tradução” (HOLMES, 2000, p. 182, tradução nossa)⁶, o que poderia ser resolvido, ao menos em parte, pela ação de pesquisadores filiados aos Estudos da Tradução.

Décadas após a primeira publicação das propostas e considerações de Holmes sobre os limites e subdivisões dos Estudos da Tradução, Jenny Williams e Andrew Chesterman (2007 [2002], p. 20-1), no primeiro capítulo da obra intitulada *The Map – A beginner’s guide to doing research in translation studies*, listaram e desenvolveram comentários a respeito das diferentes áreas que compõem as pesquisas de Tradução. Os autores reservaram um tópico desse capítulo para tratar exatamente de pesquisas em terminologia e glossários. Eles citam e explanam diversas possibilidades de estudos teóricos e práticos no assunto, atentando, por exemplo, para a utilização de programas computacionais no estudo de corpora textuais. A Linguística de Corpus tem, de fato, se mostrado muito útil ao estudo da Tradução (TAGNIN, 2015, p. 19), possibilitando investigações aprofundadas sobre a utilização de termos ou expressões em conjuntos de textos de um idioma e também sobre a forma como estes costumam ser traduzidos a outras línguas. Atualmente, talvez a maioria das pesquisas lexicográficas filiadas de forma mais patente aos Estudos da Tradução utilize a Linguística de Corpus, desenvolvendo estudos lexicográficos específicos, cujos resultados servem de complemento às compilações mais genéricas contidas em dicionários monolíngues ou bilíngues de léxico geral. Tais dicionários, por outro lado, são geralmente desenvolvidos por pesquisadores vinculados a outras áreas.

No caso de línguas menos estudadas e cujas literaturas não estão consolidadas, como o nheengatu, a carência de dicionários bilíngues de léxico geral atualizados mantém o tradutor com necessidades mais básicas e prementes do que os estudos lexicográficos específicos que são desenvolvidos em línguas de maior tradição literária. É claro que os estudos específicos poderiam ser encarados como constituintes de uma futura compilação geral, mas enquanto tal processo se desdobrasse os tradutores continuariam a padecer da falta de suportes mais práticos e concisos, devendo recorrer ao cotejo de diversos textos e compilações, além de efetuarem as recomendáveis pesquisas com a língua falada.

⁶ [...] *lexicographical aids often fall far short of translation needs [...]*.

O tradutor que lida com uma língua sem tradição literária, que não possui uma gramática normativa e nem mesmo uma grafia oficial, deve levar às últimas consequências a multidisciplinaridade característica ao ato tradutório. As traduções que envolvem tais línguas ocorrem, frequentemente, em paralelo a pesquisas linguísticas, lexicais, filológicas, históricas e antropológicas. Da mesma forma, é de se esperar que o estudioso da Tradução que empreenda pesquisas lexicográficas com idiomas de tradição ágrafa transponha algumas barreiras interdisciplinares que poderiam, eventualmente, se mostrar mais rígidas no caso de línguas-culturas de forte tradição escrita e literária, para as quais a especialização das atividades de pesquisa é mais flagrante.

Assim, a interdisciplinaridade característica à área dos Estudos da Tradução e o forte vínculo entre o ato tradutório e o estudo do léxico, extrapolado no caso de línguas ágrafas e minoritárias, abre um interessante caminho para o desenvolvimento de dicionários bilíngues por parte do pesquisador filiado aos Estudos da Tradução. Além do mais, a própria área da lexicografia é essencialmente interdisciplinar, podendo, portanto, colher frutos positivos do estreitamento de contato com disciplinas afins:

[...] o lexicógrafo toma por objetos de seu discurso a língua e a cultura de forma que, no seu trabalho, ora atua como linguista – pois necessita reportar-se, explícita ou implicitamente, a uma teoria linguística capaz de fornecer-lhe diretrizes metodológicas para suas análises, ora como antropólogo na medida em que os elementos por ele levantados contribuem para a definição de determinada cultura e civilização, ora como historiador, jurista, ..., em função dos termos que se propõe definir e examinar (Dubois, apud TURAZZA, 1996, p. 73).

Vitória Ferreira, ao escrever sobre a produção de dicionários bilíngues em língua portuguesa (LP) e língua indígena (LI), lembra que “o trabalho de produção de dicionários bilíngues LI-LP tem sido, atualmente, realizado com objetivos diferenciados, como a descrição da língua, o auxílio nas escolas indígenas e resultado de pesquisas de pós-graduação” (FERREIRA, [20--?], p. 3). Ao partirmos de um objetivo explícito de compor um instrumento que seja eficaz no auxílio à tradução de textos e no desenvolvimento de uma literatura na língua indígena, convém trazermos para o trabalho lexicográfico expedientes práticos e teóricos desenvolvidos ou aprofundados no bojo dos Estudos da Tradução.

Para exemplificarmos essa proposição, consideremos a teoria do *skopos*, defendida por Hans Veermer: para esse teórico, toda ação tradutória tem um objetivo ou propósito, que ele designa, então, pelo termo técnico *skopos*. Veermer chama a atenção para a importância que o *skopos* da tradução tem para a elaboração e também para a avaliação crítica de qualquer *translatum*, nome que ele dá ao resultado da tradução. A aparentemente simples consideração de que diferentes traduções são acompanhadas por diferentes propósitos pode influenciar a forma como os verbetes do dicionário devem ser apresentados: o dicionário idealizado em nosso projeto tem, entre seus objetivos, a intenção de viabilizar um resgate linguístico, o que se efetuará através do registro de termos que têm sido esquecidos pela tradição oral. O objetivo que guia a pesquisa lexicográfica, contudo, não deve resultar em veladas interferências nos propósitos do tradutor que fará uso da compilação. O “grau” de uso das palavras, portanto, será discriminado e os vocábulos atualmente esquecidos serão acompanhados das referências de suas fontes escritas. Isso auxiliará os futuros tradutores na seleção dos termos que melhor se adequem a seus propósitos. Assim, tradutores engajados no resgate linguístico poderão valer-se de termos em desuso. Tais vocábulos, entretanto, poderão ser evitados pelo tradutor que se preocupa em transmitir um texto numa linguagem que se aproxime mais à fala cotidiana atual. A “dosagem” de utilização dos termos obliterados, enfim, poderá ser controlada pelo tradutor de acordo com seu *skopos*.

Carências notadas nas antigas compilações lexicais do nheengatu, durante nossos trabalhos com tradução, serão também de grande importância para a elaboração de um dicionário eficiente no auxílio aos tradutores. Entre tais faltas podemos destacar as seguintes: muitos verbetes dos glossários antigos não possuem frases ou qualquer tipo de contextualização que exemplifique o uso dos respectivos termos; palavras que guardam algum grau de sinonímia, muitas vezes, não são suficientemente diferenciadas; concentrando-se na listagem de léxicos, seus autores negligenciaram importantes expressões ou sentenças formulaicas, as quais são de muita utilidade para os tradutores.

Para elucidar o último comentário, vejamos o seguinte exemplo: em nheengatu, a sentença *aé umbeú sesewara*, literalmente “ele fala a respeito de si”, é também utilizada, quando o contexto indica um diálogo ou cumprimento que precede uma separação entre pessoas, com o sentido de “ele se despede”. Da mesma forma, a sentença *ixé ambeú se resewara*, literalmente “eu falo a respeito de mim”, vale por “eu me despeço” e, assim também, com os demais pronomes e conjugações verbais. A

expressão *-mbeú (s)esewara*, apesar de já estar presente, com este sentido, em meio às antigas compilações de narrativas escritas em nheengatu, não consta em dicionários e vocabulários do idioma com a acepção de “despedir-se”. Talvez por se tratar de uma expressão, não de um único verbo, e, por tal expressão não possuir exclusivamente o significado de “despedir-se”, seu registro em compilações de vocábulos do idioma tenha sido negligenciado.

4. Metodologia de Pesquisa

O objetivo do projeto é compor um material atualizado, mas que não negligencie os textos antigos como fontes para um promissor resgate linguístico. As compilações lexicais antigas, ou seja, as que foram publicadas até a década de 20 do século passado, estão obsoletas e, tomadas isoladamente, prestam limitado auxílio ao tradutor ou estudante contemporâneo⁷. Não deixam de ser, entretanto, valiosos documentos para o pesquisador que se propõem a cotejá-las, não apenas entre si, mas também com as narrativas, gramáticas e demais textos escritos em nheengatu no mesmo período, com as lembranças dos falantes atuais mais idosos e, finalmente, com a língua cotidianamente veiculada nos dias de hoje.

Para justificarmos e ilustrarmos a metodologia de pesquisa que pretendemos adotar, elucidando a utilidade da literatura antiga do nheengatu no estudo aprofundado da língua e na retomada de termos que vêm sendo esquecidos pela cultura oral, vejamos o caso do verbo *pitimú*: a Prof.^a Celina Menezes da Cruz é falante da língua geral, possui aproximadamente 59 anos e reside em São Gabriel da Cachoeira. Longas conversas foram travadas com a Prof.^a Celina durante as pesquisas lexicais que integraram um de nossos trabalhos de tradução⁸. Ao perceber que encontrávamos nos livros informações sobre

⁷ Dentre essas publicações, a mais ambiciosa é o *Vocabulário português-nheengatu, nheengatu-português*, de Ermanno Stradelli (2014 [1929]). Trata-se de uma valiosa obra enciclopédica, pontilha, entretanto, por equívocos ou imprecisões. Após a primeira publicação da compilação de Stradelli, apenas um material lexicográfico foi publicado sobre o nheengatu, o *Pequeno dicionário da língua geral*, de Grenand e Ferreira (1989). Essa obra tem sua relevância, mas é uma compilação consideravelmente limitada.

⁸ Trata-se da tradução da obra *A terra dos meninos pelados*, de Graciano Ramos, do português para o nheengatu. Para mais informações a respeito do episódio aqui relatado: cf. ÁVILA, Marcel Twardowsky. *Estudo e prática da tradução da obra infantil A terra dos meninos pelados, de Graciliano Ramos, do português para o nheengatu*. 2016. 199f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016 (pp. 56-8).

antigas palavras do nheengatu – pois a indagávamos sobre muitos termos que ela ouviu apenas quando menina ou, então, escutou dos lábios de falantes muito idosos –, a professora também passou a nos questionar sobre palavras que lhe causavam dúvida. Em certa ocasião, sem que houvésemos jamais lhe questionado sobre essa palavra, a Prof.^a Celina nos perguntou sobre o significado do verbo *pitimú* (ou *pitimũ*), que ela lembrava-se de ouvir, quando pequena, na fala de sua finada avó. Ela recordava-se de ouvir esse verbo em certos contextos específicos que foram então relatados.

Consultas aos registros escritos do nheengatu mostram que o verbo *pitimú* é recorrente na literatura antiga do idioma, tendo sido registrado por vários autores, com diferentes ortografias. A pesquisa desse tema verbal em diferentes obras permitiu-nos certificar o sentido desse verbo:

Tabela 1 – Registros antigos do verbo *pitimú* com os significados atribuídos por seus autores

AUTOR	OCORRÊNCIA	SIGNIFICADO
Hartt (1938, p. 352) ⁹	<i>putumú</i>	ajudar
Símpson (1955, p. 117)	<i>petémú</i>	ajudar
Rodrigues (1890)	<i>petemu</i> (pp. 72, 169)	ajudar
	<i>petemui</i> (p. 329)	ajudar
Aguiar (1898, p. 45)	<i>pitimú</i>	aliviar
Stradelli (2014)	<i>pitimun</i> (p. 157)	ajudar
	<i>pytumun</i> (p. 470) ¹⁰	auxiliar, ajudar
Amorim (1987, p. 162)	<i>pytymu</i>	ajudar
Costa (1909, p. 204)	<i>pitimú</i>	auxiliar, ajudar
Tastevin (1923, p. 652)	<i>pitimu</i>	ajudar, socorrer

Fonte: Elaboração própria

⁹ Os registros indicados na tabela servem como exemplificação de uma ou mais ocorrências do termo nas obras dos respectivos autores, mas não indicam, necessariamente, as únicas ocorrências desses vocábulos em tais obras.

¹⁰ Na seção nheengatu → português de seu *Vocabulário*, Stradelli traduz todos os temas verbais tupis por formas de participio, anotando, portanto, no verbete *pytumun* os termos “auxiliado” e “ajudado”.

O verbo *pitimú* caiu em desuso, não sendo mais veiculado entre os falantes de nheengatu do Alto Rio Negro, que, para acessar seus significados, utilizam empréstimos do português, como o verbo *ajudari* (ou *wajudari*), oriundo do português “ajudar”. Os registros antigos da língua possibilitam, contudo, a recuperação de termos pouco veiculados ou mesmo a de alguns completamente esquecidos, o que pode servir ao enriquecimento lexical do nheengatu. Na realidade, tal como *pitimú*, muitos vocábulos aparentemente olvidados por completo entre os falantes do Rio Negro persistem como vagas reminiscências nas memórias de alguns poucos. Muitos exemplos poderiam ser arrolados: *puité* (mentira), *yasí-tatá* (estrela), *ipeka* (pato), *yusé* (gostar) etc.

O trabalho de compilação do dicionário bilíngue, a exemplo do que relatamos acima com o caso do verbo *pitimú*, deverá proceder a sistemáticos cotejos entre os registros antigos do idioma e o saber dos falantes atuais. Dessa forma, a pesquisa contemplará trabalhos de campo no Rio Negro, para aprofundamento dos conhecimentos relacionados às variantes do nheengatu atualmente faladas, bem como investigações voltadas aos registros escritos da língua geral amazônica.

Além das atividades no Rio Negro, trabalhos de campo em outras regiões amazônicas onde há ainda falantes do idioma, como a região do Médio Rio Amazonas, seriam muito enriquecedores para a compilação do dicionário. As variantes dialetais da língua geral faladas fora da bacia do Rio Negro foram, durante os últimos cem anos, objeto de pouquíssimos estudos ou registros publicados¹¹. A realização de trabalhos nessas regiões, contudo, dependerá de fatores logísticos, como o custo das viagens frente aos investimentos disponíveis para a pesquisa e o tempo necessário para dar conta de todas as atividades.

O estudo dos léxicos contemplará, ainda, investigações etimológicas. As informações levantadas em tais pesquisas serão fornecidas nos verbetes do dicionário, visto que podem ser profícuas a muitos de seus usuários. Mais do que oferecer informações aos leitores, entretanto, o estudo etimológico pode prover um dos critérios na difícil tarefa de distinção entre polissemia e homonímia (FERREIRA, 2009, p. 78), podendo influir, assim, na própria organização dos verbetes ao longo da obra.

¹¹ Um desses poucos estudos trata-se de um trabalho de mestrado concluído a poucos anos: SCHWADE, Michéli Carolíni de Deus Lima. *Descrição fonético-fonológica do nheengatu falado no Médio Rio Amazonas*. 2014. 109f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

Estudaremos, por fim, a possibilidade de fornecer, na compilação, sugestões de neologismos que possam enriquecer o vocabulário da língua. Essas palavras seriam criadas para abarcar conceitos e objetos que não possuem significantes tradicionais em nheengatu, como produtos da tecnologia ou termos técnicos que, por não fazerem parte do contexto tradicional amazônico, não possuem vocábulos correspondentes no idioma. Tais palavras poderiam servir a futuros tradutores ou escritores que queiram compor textos em língua geral. Convém, entretanto, que esses vocábulos sejam avaliados criticamente por diferentes falantes do idioma e, tratando-se de termos que não são amplamente veiculados, seus verbetes devem indicar que eles não passam de sugestões¹².

5. Cronograma

Atividades	1º semestre de 2017	2º semestre de 2017	1º semestre de 2018	2º semestre de 2018	1º semestre de 2019	2º semestre de 2019
Obtenção dos créditos obrigatórios nas disciplinas	X					
Levantamento e aprofundamento bibliográfico	X	X				
Estudo das obras escritas em nheengatu	X	X	X	X		
Compilação preliminar	X	X	X			
Trabalhos de Campo			X	X	X	
Revisões e melhorias da compilação				X	X	X
Redação da dissertação						X
Exame de Qualificação						X

¹² O próprio título deste projeto contém uma proposta de neologismo, a saber, *nheenga rirú*, termo composto utilizado aqui com referência ao “dicionário”, mas que, segundo seu significado literal, poderia ser traduzido como “receptáculo da língua” ou “recipiente da palavra”. Essa criação lexical foi inspirada pelo termo análogo que é utilizado atualmente no guarani paraguaio para se nomear o dicionário: *ñe’ẽ ryru*.

6. Bibliografia

AGUIAR, Costa. *Doutrina christã destinada aos naturaes do amazonas em nhingatu (com tradução portugueza em face)*. Petrópolis: Pap. e Tip. PACHECO, SILVA & C. 1898.

ALTMAN, Cristina. As partes da oração na tradição gramatical do tupinambá/nheengatu. *Limite*, São Paulo, n. 6, pp. 11-51, 2012.

AMORIM, Antônio Brandão de. *Lendas em nheengatu e em português*. Manaus: Fundo Editorial; Associação Comercial do Amazonas, 1987.

ÁVILA, Marcel Twardowsky. *Estudo e prática da tradução da obra infantil A terra dos meninos pelados, de Graciliano Ramos, do português para o nheengatu*. 2016. 199f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

AYROSA, Plínio (Org.) *O caderno da língua ou vocabulário português-tupi de Frei João de Arronches, 1739: notas e commentarios á margem de um manuscrito do sec. XVIII*. São Paulo: Imprensa Official do Estado, 1935.

AZENHA JUNIOR, João. Goethe e a tradução: a construção da identidade na dinâmica da diferença. *Revista Literatura e Sociedade*, São Paulo, n. 9, pp. 44-59, 2006.

BATES, Henry Walter. *Um naturalista no Rio Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp. 1979.

BITENCOURT, Alzira Castro et al. Escola Kariamã conta umbuesá. *LEETRA Indígena*, São Paulo, n. 17, v. 1, Edição Especial, 2015.

BROTHERSTON, Gordon; SÁ, Lúcia. Peixes, constelações e jurupari: a pequena enciclopédia amazônica de Stradelli. In: STRADELLI, Ermanno. *Vocabulário português-nheengatu, nheengatu-português*. Cotia: Ateliê Editorial, 2014, pp. 11-33.

CASASNOVAS, A. *Noções de língua geral ou nheengatu*. 2.ed. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas; Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2006.

COMUNIDADE INDÍGENA ANAMUIM, et al. (Org.). *Yasu yaleri yané beubeusa*. Colaboradores: Departamento de Educação Escolar Indígena/SEMED – São Gabriel da Cachoeira, et al. Belo Horizonte: FALE/UFMG; SECAD/MEC, 2007.

COSTA, Frederico. Elementos necessários para aprender o nheengatu. In: COSTA, Frederico. *Carta pastoral de D. Frederico Costa, Bispo do Amazonas a seus amados diocesanos*. Ceará: Typ. Minerva, 1909, pp. 157-248.

CRUZ, Aline. *Fonologia e gramática do nheengatu: a língua geral falada pelos povos baré, warekena e baniwa*. 2011. 652f. Tese (Doutorado) – Vrije Universiteit, Amsterdam, 2011.

DIAS, Gonçalves. Vocabulário da língua geral usada hoje em dia no Alto Amazonas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, 3ª série, n. 16, 4º trim., 1854.

DOOLEY, Bob. Tradução bíblica numa sociedade minoritária. *Revista Antropos*, Brasília, v. 3, n. 2, pp. 49-61, dez., 2009.

EDELWEISS, Frederico G. *Estudos tupis e tupi-guaranis – confrontos e revisões*. Rio de Janeiro: Livraria Brasilisana Editora, 1969.

EVEN-ZOHAR, Itamar. “The position of translated literature within the literary polysystem”. In: *The Translation Studies Reader*, ed. Venuti, Lawrence. London: Routledge, 2000, pp. 192-197.

FARIA, Francisco Raimundo Correia de. *Compendio da lingua brazilica para uzo dos que a ella se quizerem dedicar*. Pará: Typ. de Santos & Filhos, 1858.

FERREIRA, Marília de Nazaré. “Reflexões sobre a atividade de elaboração de um dicionário bilíngue”. In: *Revista Intercâmbio*, volume XIX. São Paulo: LAEL/PUC-SP, 2009, pp. 68-80.

FERREIRA, Vitória Regina Spanghero. *Produção de dicionários contemporâneos com línguas em contato: o caso do português e das línguas indígenas brasileiras*. [S.l.]: [20-?]. Disponível em: <http://150.164.100.248/gtlex/viiengtlex/pdf/resumos/Vitoria_Spanghero.pdf>. Acesso em: 10/10/2016.

FRANÇA, Ernesto Ferreira. *Chrestomathia da língua brasílica*. Leipzig: F. A. Brockhaus, livreiro de s. m. o imperador do Brazil, 1859.

FREIRE, José Ribamar Bessa. *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*. 2.ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1961.

GRENAND, Françoise; FERREIRA, Epaminondas Henrique. *Pequeno dicionário da língua geral*. Manaus: Secretaria da Educação do Estado do Amazonas (Seduc), 1989.

GUIMARÃES, Alzira Souza et al. Nheengatu tapajoara. *LEETRA Indígena*, São Paulo, n. 16, v.1, Edição Especial, 2015.

HARTT, Charles Frederick. Notas sobre a língua geral ou tupi moderno do Amazonas. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 51, pp. 305-390, 1938.

_____. Notes on the lingoa geral or modern tupí of the Amazonas. *Transactions of the American Philological Association*, Baltimore, v. 3, pp. 58-76, 1872.

HOLMES, James S.. *The name and nature of translation studies*. In: *The Translation Studies Reader*, ed. Venuti, Lawrence. London: Routledge, 2000, pp. 172-185.

LOBO, Tânia C. Freire et al. Índícios de língua geral no sul da Bahia na segunda metade do século XVIII. In: LOBO, Tânia et al. (Org.). *Para a história do português brasileiro. VI: novos dados, novas análises*. Salvador: EDUFBA, pp. 609-630.

LOEWEN, Henry; MARTINHO, Paulo; MÜLLER, Sophie; NEW TRIBES MISSION. *O Novo Testamento em nyengatu*. Manaus: Missão Novas Tribos do Brasil, 1973.

MAGALHÃES, José Vieira Couto de. Curso de língua geral pelo methodo de Ollendorf – textos de lendas indígenas. In: O SELVAGEM. São Paulo; Belo Horizonte: Edusp;Itatiaia, 1975 [1876].

MARTIUS, Karl Friedrich Philip von. *Beiträge zur ethnographie und sprachenkunde amerikas zumal brasiliens, II. Glossaria linguarum brasiliensium*. Leipzig: Friedrich Fleischer, 1867.

MARCOY, Paul. *Travels in South America – from the Pacific Ocean to the Atlantic Ocean*. New York: Scribner, Armstrong, & CO., 1875.

NAVARRO, E. A. *Método moderno de tupi antigo: a língua do Brasil dos primeiros séculos*. 3.ed. São Paulo: Editora Global, 2005.

_____. *Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil*. São Paulo: Editora Global, 2013.

_____. *Curso de língua geral (nheengatu ou tupi moderno)*. São Paulo: 2011.

_____. *Lida dos missionários com os sertanejos, tradução de texto do século XVIII, em língua geral amazônica*. [S.l.]: [201-?]. Disponível em: <http://tupi.fflch.usp.br/sites/tupi.fflch.usp.br/files/O%20%C3%BAltimo%20ref%C3%BAgio%20da%20L%C3%ADngua%20Geral%20no%20Brasil_0.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2015.

O DICCIONARIO anonymo da lingua geral do Brasil, publicado de novo com seu reverso por Julio Platzmann. Edição facsimilar. Leipzig: B. G. Teubner, 1896.

PAYEMA, Zoyla. *Diccionario de ciencias nyeengatu*. Bogotá: Fundación Etnollano, 2002.

PRAZERES, Frei Francisco de Nossa Senhora dos. Poranduba maranhense, ou relação historica da provincia do Maranhão [...] com [...] um dicionario abreviado da lingua geral do Brazil. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 54, pt. 1, pp. [4]-277, 1891.

RODRIGUES, João Barbosa. *Poranduba amazonense*. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & filhos, 1890.

_____. *Vocabulário indígena comparado para mostrar a adulteração da língua (complemento do Poranduba Amazonense)*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1892.

RONDON, Frederico. *Uaupés: hidrografia – demografia – geopolítica*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1945.

SCHWADE, Michéli Carolíni de Deus Lima. *Descrição fonético-fonológica do nheengatu falado no Médio Rio Amazonas*. 2014. 109f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

SEIXAS, Manoel Justiniano de. *Vocabulário da língua indígena geral para o uso do Seminário Episcopal do Pará*. Pará: Typ. de Mattos e Comp^a. 1853.

SILVA, Cácio. *Tradução da Bíblia para línguas indígenas do Brasil*. [S.l.]: out. 2005. Disponível em: <http://instituto.antropos.com.br/v3/index.php?option=com_content&view=article&id=490&catid=35&Itemid=3>. Acesso em: 20 jul. 2014.

SILVA, Fabiana Sarges da. *A lei de oficialização das línguas tukano, nheengatu e baniwa em São Gabriel da Cachoeira: questões sobre política linguística em contexto multilíngue*. 2013. 193f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

STRADELLI, Ermanno. *Vocabulário português-nheengatu, nheengatu-português*. Cotia: Ateliê Editorial, 2014 [1929].

SÍMPSON, Pedro Luís. *Gramática da língua brasileira: brasílica, tupi ou nheengatu*. 5.ed. Rio de Janeiro: Imprensa do Jornal do Brasil, 1955 [1877].

TAGNIN, E. O. Stella. *A Linguística de Corpus na e para a Tradução*. In: org. Viana, Vander e Stella Tagnin: São Paulo: HUB, 2015, pp.19-56.

TASTEVIN, Constantino. *Grammatica da língua tupy*. São Paulo: Oficinas do Diário Oficial, 1923 [Separata do Tomo XIII da Revista do Museu Paulista].

TAYLOR, Gerald. *Apontamentos sobre o nheengatu falado no Rio Negro, Brasil*. [S.l.]: [201-?]. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&ved=0ahUKEwiVkumI9pDKAhWMipAKHeZFBJoQFggtMAM&url=http%3A%2F%2Fwww.vjf.cnrs.fr%2Fsedy1%2Famerindia%2Farticles%2Fpdf%2FA_10_01.pdf&usg=AFQjCNHiNqyJreER1JaB26fkPCD9Qgtskg>. Acesso em: 15 set. 2015.

TURAZZA, Jeni Silva. *Léxico e Criatividade*. São Paulo: Editora Plêiade, 1996.

WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo:Edusp, 1979.

WILLIAMS, Jenny; CHESTERMAN, Andrew. *The Map – A beginner's guide to doing research in translation studies*. Manchester: St. Jerome, 2007 [2002]. Ch.1, pp. 6-27.